

JÉSSICA CASTRO

MARINA NUNES

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA
GESTÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Faculdade Católica de Anápolis, como requisito parcial à aprovação no Curso de Especialização em Gestão Educacional, sob orientação da Prof.^a Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo.

Anápolis-GO

2015

JÉSSICA CASTRO E MARINA NUNES

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Projeto desenvolvido sob a orientação da Prof.^a Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo como requisito à aprovação para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pós-graduação em Gestão Educacional da Faculdade Católica de Anápolis.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo
Orientadora

Prof.^a Allyne Farinha Chaveiro
Avaliadora

Prof.^a Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
Avaliadora

RESUMO

O estudo aborda sobre as políticas educacionais no processo de organização da gestão nas instituições de educação infantil. Trata-se de uma pesquisa que busca, numa abordagem qualitativa, identificar e discutir as políticas públicas direcionadas à gestão nesse nível de ensino. A partir da pesquisa de campo, por meio do Estudo de Caso Avaliativo, foram realizadas observações e análise documental em uma instituição de educação infantil na cidade de Anápolis-GO, cujos resultados indicaram certo desconhecimento com as políticas públicas por parte dos profissionais que atuam nessa instituição de ensino, no que tange ao projeto político pedagógico, regimento escolar e às demais legislações. Diante disso, partindo das leituras de PARO (1998), LIBÂNEO (2012), dentre outros estudiosos. Foi proposto um projeto de intervenção, por meio da distribuição de textos informativos (folder) visando suscitar uma reflexão mais ampla acerca das políticas para a educação infantil e a importância de se conhecer os aspectos políticos que norteiam as ações dessa instituição educativa.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Educacional. Políticas Educacionais. Autonomia Escolar.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
I O PROCESSO INVESTIGATIVO	05
1.1 TEMA E JUSTIFICATIVA	05
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	05
1.3 HIPÓTESES	06
1.4 OBJETIVOS	07
1.4.1 Objetivo Geral	07
1.4.2 Objetivos Específicos	07
1.5 REVISÃO DE LITERATURA	07
1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
1.7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	12
1.7 CRONOGRAMA	14
II O PROCESSO DE INTERVENÇÃO	15
2.1 TEMA E JUSTIFICATIVA	15
2.2 ÁREAS DO CONHECIMENTO	15
2.3 PÚBLICO ALVO.....	15
2.4 OBJETIVOS	16
2.4.1 Objetivo Geral	16
2.4.2 Objetivos Específicos	16
2.5 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.6 ETAPAS E PROCEDIMENTOS	17
2.6.1 Estratégias de Ação	17
2.6.2 Culminância	18
2.7 DURAÇÃO	18
2.8 RECURSOS	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	20
APÊNDICE(S).....	22

.

APRESENTAÇÃO

As políticas públicas têm sido foco de várias pesquisas relacionadas ao contexto escolar. Sendo assim, é importante conhecê-las, já que como afirma Azevedo (2003, p. 38): “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, e o Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE) são exemplos de ações do Estado que marcaram a sociedade e representaram avanços para a educação brasileira. É a partir da década de 1990 que surgem as políticas públicas educacionais, a política Educação para Todos criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 29/91, é exemplo disso. É também a partir dessa década que o tema da gestão da escola e sua autonomia começa a ganhar destaque nos debates políticos e pedagógicos sobre a escola pública (KRAWCZYK, 1999).

Entre as questões que surgem acerca desse tema, algumas merecem destaque, como: Quais são as políticas públicas voltadas para a organização da gestão na educação infantil? Como é organizada a gestão na educação infantil, segundo os preceitos das políticas públicas, a partir da década de 1990? Quais os impactos dessas políticas na educação infantil? Diante dessas questões, o presente trabalho tem como objetivo identificar e discutir as políticas públicas voltadas à organização da gestão na educação infantil. A pesquisa pretende, assim, contribuir com o esclarecimento de informações sobre o assunto visando uma reflexão acerca das políticas para a educação.

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases – investigação e intervenção -, e possibilitou estudos e reflexões sobre os aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos que envolvem uma instituição educativa de educação infantil.

Além disso, nesse processo pode-se perceber a necessidade que os funcionários, principalmente professores, têm em conhecer os documentos, as legislações e as políticas que norteiam as ações da instituição educativa.

1 O PROCESSO INVESTIGATIVO

1.1 TEMA E JUSTIFICATIVA

O estudo relativo às políticas educacionais na organização da gestão de um Centro de Educação Infantil (CEI), na cidade de Anápolis tem como finalidade identificar quais são as políticas públicas que interferem nesse CEI.

Desse modo, considerando o atual quadro da educação brasileira, esta pesquisa se justifica pelo importante papel que as políticas públicas têm assumido na relação entre Estado e sociedade no contexto atual. A reflexão sobre tal abordagem é bastante significativa já que, conforme afirma Libâneo (2012, p.22):

[...] é imperioso que os professores em exercício e os futuros professores tomem conhecimento do papel decisivo que organismos internacionais vêm assumindo na definição das políticas educacionais no Brasil e como vem ocorrendo. Com efeito, políticas, diretrizes e normas que vêm regulando as ações em educação em nosso país precisam ser compreendidas no contexto da globalização das relações econômicas, sociais e culturais que caracterizam as formas de manutenção e expansão do capitalismo contemporâneo.

Além disso, os estudos desenvolvidos acerca do assunto não parecem ainda ser suficientes para atingir a consciência crítica de todos os envolvidos na educação (LIBÂNEO, 2012).

Desse modo, a pesquisa buscou respostas relacionadas às influências das políticas educacionais, tendo como referência a averiguação da forma como essas contribuem ou influenciam na organização e na efetivação das atividades de gestão na educação infantil.

A pesquisa pretendeu, pois, contribuir com o esclarecimento de informações sobre o assunto visando uma reflexão acerca das políticas para a educação e um alerta pela manifestação da perda do sentido pedagógico e da autonomia políticas públicas.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Sempre que se fala em política, se lembra da ação do Estado. Assim, a política pública:

[...] do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado. (OLIVEIRA, 2010, p.93)

Dessa forma, as políticas educacionais são resultados das decisões do governo que modulam a educação e, diante disso é significativo desenvolver um estudo trata dessas políticas e que busque responder a seguinte questão:

- quais são as políticas públicas voltadas para a organização da gestão na educação infantil?

Essa questão conduz ao destaque das questões específicas:

- o que é gestão escolar e qual a sua relação com as políticas públicas, a partir da década de 1990?;
- como é organizada a gestão na educação infantil, segundo os preceitos das políticas públicas, a partir da década de 1990?;
- quais os impactos dessas políticas na educação infantil?;
- de que forma as políticas públicas tem atuado na gestão do CEI? Em que medida essas contribuem ou influenciam esse processo?
- quais as necessidades que os funcionários tem em conhecer os documentos, as legislações e as políticas que norteiam as ações da instituição?

1.3 HIPÓTESES

Atualmente, muito se tem discutido acerca da gestão democrática, da autonomia da escola e das políticas educacionais. Ao considerar a gestão escolar como ponto central das políticas públicas, é possível compreender a ideia recente da gestão democrática como fruto de políticas públicas.

Assim, se compreender que a política da descentralização – vista como oportunidade de acesso à autonomia escolar e à gestão democrática – significa que essa se constitui em uma proposta de uma política pública - que, portanto, não parte da complexa realidade escolar, mas da visão difundida por organismos internacionais.

Para Souza (2003, p. 18):

As políticas educacionais em geral, [...] reforçam uma concepção muito simplista da educação em um modelo de organização empresarial da escola. Mesmo quando produzem propostas modernizantes, essas políticas aparentemente não se centram em

observar a escola em toda sua complexidade, como uma instituição dona de uma cultura própria.

Assim, é possível que as políticas educacionais tendam a carregar os interesses do Estado e atuam beneficiando o mesmo, e o que prevalece é a ideologia do Estado. A educação, como dever do Estado e da família e direito de todos, acaba sendo palco de diferentes visões e influências.

Com o avanço da educação brasileira, por meio da LDB, a educação infantil é considerada como a primeira etapa da educação básica, considerando as crianças, como cidadãos em formação pessoal, promovendo a inclusão social.

Dessa forma, o Estado tem como responsabilidade em relação às crianças, autonomia para que elas possam desenvolver o exercício e a formação da cidadania. Mas, faltam os investimentos necessários para que isso ocorra. E é preciso que os investimentos não se restrinjam ao aspecto administrativo escolar ou a alguma necessidade básica da criança.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Identificar quais são as políticas públicas voltadas para a organização da gestão na educação infantil.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Conceituar gestão escolar e qual a sua relação com as políticas públicas, a partir da década de 1990.
- Identificar e caracterizar a forma como é organizada a gestão na educação infantil, segundo os preceitos das políticas públicas, a partir da década de 1990.
- Analisar quais os impactos dessas políticas na organização da gestão na educação infantil.
- Averiguar de que forma as políticas públicas tem atuado na gestão do CEI e, em que medida essas contribuem ou influenciam esse processo.

1.5 REVISÃO DE LITERATURA

Estudiosos apontam que a partir da década de 1990 dá-se início às reformas educacionais no Brasil:

O país, mais recentemente assumiu compromissos internacionais, quanto ao oferecimento educacional em 1990, na Conferência de Jontiem e na declaração de Nova Delhi em 1993 (OLIVEIRA, 1997, p. 90), sofreu influências das agências externas de financiamento, em especial do Banco Mundial (TOMMASI e outros, 1996), da CEPAL - Comissão Econômica para América Latina (PAIVA e WARDE, 1994), além daquelas provenientes do empresariado (NEVES, 1995). Esse direcionamento encontrou, ainda, eco em educadores ligados ao governo (MELLO, 1991), tendo como decorrência a legislação de 1996, a qual trouxe alterações significativas ao ensino brasileiro (OLIVEIRA, 1999, p. 28)

Dessa influência de documentos internacionais surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96. Essa trouxe concepções significativas para a educação brasileira, dentre elas, a gestão democrática como modelo de gestão para as escolas públicas:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

Para Paro (1998, p.6), entretanto, a gestão quando democrática não se restringe à mera participação:

[...] a democratização da gestão da escola básica não pode restringir-se aos limites do próprio estado,- promovendo a participação coletiva apenas dos que atuam em seu interior, - mas envolver principalmente os usuários e a comunidade em geral, de modo que se possa produzir, por parte da população, uma real possibilidade de controle democrático do Estado no provimento de educação escolar em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade.

Dessa forma, de acordo com Paro (1998) a gestão democrática se dá quando o Estado controla de modo a atender os interesses da comunidade e a promover educação de qualidade.

Dourado (2006, p.27) afirma:

É preciso conhecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as leis que regulamentam os sistemas estaduais e municipais de ensino. Buscar a compreensão desses aparatos jurídicos como instrumentos vivos das políticas educacionais, tornando-os aliados na luta pela democratização da escola. A segunda frente implica articular professores, funcionários, pais, estudantes, coordenadores, supervisores, orientadores educacionais e a comunidade local na construção de mecanismos de participação, visando consolidar um novo processo de gestão, onde o exercício democrático seja o motor de um novo poder e de uma nova cultura escolar.

Assim, Dourado (2006) aponta que para a efetivação da gestão democrática é necessário não só a participação, mas o conhecimento das leis voltadas à educação e a compreensão das políticas educacionais.

É um desafio já que como afirma Vitor Paro (1998, p.05):

[...] a tendência atualmente presente no âmbito do estado e de setores do ensino que consiste em reduzir a gestão escolar a soluções estritamente tecnicistas importadas da administração empresarial capitalista. Segundo essa concepção, basta a introdução de técnicas sofisticadas de gerência próprias da empresa comercial, aliada a treinamentos intensivos dos diretores e demais servidores das escolas para se resolverem todos os problemas da educação escolar.

Essa tendência parece vir das políticas educacionais pois como afirma Dourado (2006, p.34) as políticas educacionais, enquanto políticas públicas:

Cumprem o papel de integração e qualificação para o processo produtivo, criando estruturas norteadas por interesses e prioridades nem sempre circunscritos à esfera educacional, mas voltadas para o campo dos negócios comerciais e empresariais. Ao mesmo tempo, as políticas educacionais se situam e são compreendidas no âmbito das demais políticas sociais, portanto, como um direito social. É a partir desse caráter contraditório das políticas que devemos ocupar espaços em defesa do direito à educação e à participação cidadã.

Diante disso,

Está claro que o movimento da democratização ainda não se concretizou e muito ainda se deve fazer, mas a transição está colocada e tem trazido consequências positivas para a comunidade escolar. Os obstáculos são reais e a consciência de sua existência já garante um passo rumo as mudanças realizadas (ABRANCHES, 2003, p. 66).

Além disso, Libâneo (2012), afirma que o processo de uniformização das políticas educacionais teve início há cerca de 30 anos. Segundo o estudioso, trata-se de um processo no qual organismos internacionais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (UNESCO), entre outros, passam a interferir nos planos e programas ligados às políticas sociais, econômicas e financeiras de vários países, dentre esses o Brasil:

Trata-se de um fenômeno típico da globalização econômica e política em que agências de controle monetário, comercial e creditício em nível mundial, ligadas às nações mais ricas, definem um conjunto de princípios, regras e procedimentos ligados à governança pública destinados a articular empréstimos com formas de monitoramento e controle de programas de financiamento em relação a países tomadores desses empréstimos. No caso de países em desenvolvimento ou emergentes, tais programas estão ligados hoje a políticas sociais, educação, saúde, segurança. Ao monitorar e regular esses países, os organismos internacionais intervêm na formulação e execução das políticas públicas, ainda que os governos tenham alguma margem de atuação para redefini-las em razão de peculiaridades nacionais. (LIBÂNEO, 2012, p.12).

Assim as políticas educacionais, por sua vez, não ficam de fora. De acordo com Libâneo (2012), os princípios e as normas da educação passam a ter intervenção em boa parte pelo Banco Mundial.

A partir da década de 1990 surgem as políticas de Educação Para Todos, financiada pela UNESCO, UNICEF, Banco Mundial e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Libâneo (2012) afirma que o principal evento diretamente relacionado com as políticas educacionais foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990).

Segundo Libâneo (2012), os documentos originados dessas conferências e as orientações políticas e técnicas do Banco Mundial vêm servindo de referência às políticas educacionais do Brasil nos planos e diretrizes.

Esse mesmo autor menciona ainda que esses documentos formulam orientações gerais e raramente chegam a detalhamentos em relação a aspectos pedagógico-didáticos. Desse modo,

A mencionada “melhoria da qualidade da educação” é quase sempre vista na lógica da análise econômica, já que notoriamente, no caso do Banco Mundial, as políticas são formuladas por economistas para serem executadas por educadores (LIBÂNEO, 2012, s/n).

Direcionadas à educação infantil podemos destacar algumas políticas como o programa ProInfância, operacionalizado pelo FNDE, que cobre despesas de investimentos em construção, reforma, equipamentos e mobiliários para creches e escolas municipais; a ação Brasil Carinhoso, que apoia a educação infantil com a antecipação do repasse do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para novas vagas, alimentação para creche e pré-escola, acréscimo de 50% do valor por aluno/ano do Fundeb para todas as matrículas em creches para crianças de zero a três anos e Programa Bolsa Família.

Libâneo (2012) afirma que essas políticas educacionais carregam uma visão de escola em que há sobreposição da missão social sobre a missão pedagógica. Sugere como propostas de ação a mobilização da nossa consciência social e política, a importância do papel da educação e do ensino no desenvolvimento mental e formação da personalidade dos alunos.

Espera-se possibilitar, também, a valorização da formação cultural e científica, a atuação decisiva dos governos (federal, estadual, municipal) na gestão pedagógico-curricular, nas condições de ensino aprendizagem, na assistência pedagógica direta ao professor na sala de aula, na infraestrutura e material de estudo para o aluno, na formação de professores, na profissionalização dos professores, e nas boas práticas de organização e gestão da escola.

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, a pesquisa consistiu em um estudo bibliográfico, pois teve como ponto de partida a leitura de textos de autores que abordam o tema das políticas públicas dirigidas à educação infantil, e da análise documental - LDB, Resoluções e Pareceres, Diretrizes Curriculares, bem como de outros textos e documentos que forem pertinentes para a pesquisa.

Para Fonseca (2002), a pesquisa de campo além da pesquisa bibliográfica e documental, se caracteriza pelos estudos em que se realiza coleta de dados junto a pessoas com recursos de diferentes tipos de pesquisa.

Essa pesquisa de campo se deu por meio do Estudo de Caso único, que, segundo Godoy (2006, p.125) se desenvolve quando a preocupação é gerar dados e informações obtidos, com o objetivo de apreciar o mérito e julgar os resultados e a efetividade de um programa.

Além disso, foi realizada também, a análise do Projeto Político Pedagógico do CEI e a aplicação de questionários com a finalidade de conhecer de forma mais precisa a realidade da gestão nesse CEI.

Trata-se de um estudo de caso único que buscou, por meio de uma abordagem qualitativa, a compreensão de um grupo social de uma organização. Segundo, Gerhardt e Silveira (2009) esse tipo de abordagem tem como características

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32)

Corroborado com essa afirmativa Traldi e Dias (2011) ressaltam que a pesquisa qualitativa para as pessoas é feita pela busca do conhecimento sobre fenômenos sociais por meio de significados, seja por experiências do mundo ou pelas interpretações dos fenômenos.

Buscou-se compreender as influências das políticas educacionais no processo de organização da gestão na educação infantil, tendo como foco de análise o Método Dialético pois, como afirma Gil (2008, p.14) “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.”.

Como forma de complementar as informações obtidas por meio do estudo bibliográfico e da análise documental foram elaboradas entrevistas estruturadas com o coordenador - entrevista que segue um roteiro preestabelecido a partir de um formulário elaborado Prodanov e Freitas (2013) - e um questionário com perguntas simples e fechadas contendo duas alternativas sim/não aplicado entre os professores e auxiliares do Centro de Educação Infantil, na cidade de Anápolis.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), por meio dos dados coletados, o pesquisador constrói técnicas para analisar e interpretar sua pesquisa e utiliza a pesquisa

qualitativa para explicar o porquê das coisas. Assim, os dados serão analisados por meio do texto descritivo complementados com pressupostos teóricos.

1.6.1 Análise e discussão dos resultados

Os dados da pesquisa de campo foram coletados em visitas feitas no CEI nos meses de março e abril. Além da observação e do acompanhamento das atividades da instituição, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários.

A entrevista foi realizada com o coordenador-geral do CEI e teve como foco conhecer as legislações que normatizam a instituição e perceber como se dá a interferência das políticas públicas na gestão do CEI.

Na entrevista, afirmou que por ser uma escola conveniada com a Secretaria Municipal de Educação Anápolis possui como documentos e legislações que orientam a gestão, o Regimento Escolar que está fundamentado na Lei Municipal nº 2.822/01, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Estadual nº. 026/98; e o Projeto Político Pedagógico. Sobre os sistemas de ensino, a LDB, no art.14, dispõe que esses

[...]definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalente.

E ainda que “assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira”.

Outro ponto abordado na entrevista foi de que forma as políticas públicas vêm interferindo na gestão. Segundo a coordenadora, de maneira positiva quanto à disponibilidade de verbas para a própria escola gerir de acordo com as suas necessidades.

Um aspecto também comentado foi que as políticas públicas vêm promovendo a ampliação das vagas para a Educação Infantil, a garantia do acesso da criança a essas vagas e a formação continuada para os professores.

Já o questionário foi aplicado a dez pessoas: professores e auxiliares do CEI. O questionário apresentou cinco questões abordando a gestão escolar, as legislações e as políticas públicas.

A primeira questão abordou as legislações que orientam a gestão. Dos dez (10) que responderam o questionário, sete (7) demonstraram não conhecer.

A segunda, referiu-se ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição e oito (8) participantes revelaram não conhecer.

Já a terceira questão abordou o Regimento Escolar e quatro (4) participantes manifestaram conhecer.

A quarta abordou sobre as políticas públicas voltadas para a organização da gestão na educação infantil, dois (2) participantes mostraram conhecer e a última questão destacou aspectos relacionados às políticas públicas educacionais se essas têm contribuído para a efetivação de uma gestão democrática, dois (2) participantes afirmaram que sim.

Diante dos dados analisados, observamos que a maioria dos profissionais do grupo investigado desconhecem dois dos principais documentos da escola: o PPP e o Regimento Escolar.

O que demonstra a não-participação desses na construção e colaboração dos mesmos. Libâneo (2001) afirma que a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Pacheco (2009) vai além e afirma que

A gestão democrática não pode ser confundida somente com a execução participativa das atividades educacionais. Ela deve interferir também na formulação das políticas educacionais e no seu planejamento. Uma gestão democrática é, portanto, um processo que envolve as fases no campo educacional assegurando, em todos esses momentos, a participação da comunidade educacional. (PACHECO, 2009, p.40)

Isso conduz à reflexão e a um desafio: organizar uma gestão democrática a partir da participação de todos os profissionais da educação nas atividades educacionais e políticas. Quanto aos professores, Libâneo e Pimenta (1999, p.261) enfatizam a sua importância nas atividades da gestão da escola:

Os professores contribuem para a criação, o desenvolvimento e a transformação nos processos de gestão, nos currículos, na dinâmica organizacional, nos projetos educacionais e em outras formas de trabalho pedagógico. Por esse raciocínio, reformas gestadas nas instituições, sem tomar os professores como parceiros/autores, não transformam a escola na direção da qualidade social.

Desse modo, os resultados da pesquisa conduziram à necessidade de efetivação de ações junto ao CEI, no que se refere à ampliação das percepções da equipe escolar alusiva às influências das políticas públicas à luz das legislações educacionais vigentes, por meio de atividades interventivas direcionadas para esse fim.

1.7 CRONOGRAMA

Atividades	Meses			
	2015			
	Fevereiro	Março	Abril	Maior
Elaboração Inicial dos itens Projeto de pesquisa – Levantamento Bibliográfico				
Elaboração das etapas finais – projeto de Pesquisa				
Pesquisa de Campo – Coleta e Análise dos dados.				
Elaboração – Relatório da pesquisa				
Conclusão da Pesquisa – Revisão Final				

Fonte: Castro e Nunes, 2015.

2 O PROCESSO DE INTERVENÇÃO

2.1 TEMA E JUSTIFICATIVA

O tema “Eu conheço o meu CEI?” surgiu após a aplicação do questionário entre os professores e auxiliares, de uma instituição de educação infantil, acerca das legislações, do PPP (2009), do Regimento Escolar (2009) e da análise relativa às políticas públicas que interferem na gestão da instituição de educação infantil.

Os resultados dessa pesquisa não foram positivos, constatou-se que a maioria dos profissionais do grupo entrevistado desconhece os principais documentos e as legislações que regem a instituição.

Como afirma Pacheco (2009) na introdução de Legislação escolar

O princípio central desta reflexão é o entendimento de que os profissionais da educação que exercem funções administrativas nos estabelecimentos educacionais, sejam escolas ou outras instâncias do sistema educacional, são agentes públicos viabilizadores de um direito, o direito à educação. O que implica esta profissão em certas posturas em relação ao cidadão e à percepção de sua tarefa como algo além do simples cumprimento de ações burocráticas.

Dessa forma, o conhecimento dos aspectos políticos faz-se necessário pois a escola está vinculada aos programas (políticas), legislações e tendências metodológicas, e uma educação de qualidade se dá quando gestores, funcionários e professores conhecem e participam de decisões envolvendo os aspectos políticos, pedagógicos, administrativos e financeiros da instituição.

2.2 ÁREAS DO CONHECIMENTO

- Educação: LDB. Plano Nacional de Educação. Regimento escolar. Projeto Político Pedagógico.
- Políticas Públicas: Políticas educacionais.
- Gestão Educacional: Organização e funcionamento do trabalho pedagógico. Gestão democrática.

2.3 PÚBLICO ALVO

Equipe gestora, professores e auxiliares de uma instituição de educação infantil da rede pública municipal de educação infantil, na cidade de Anápolis-GO.

2.4 OBJETIVOS

2.4.1 Geral

Despertar o interesse dos profissionais do CEI em conhecer os aspectos políticos que disciplinam e fundamentam a gestão da instituição.

2.4.2 Específicos

- Mostrar a importância dos aspectos políticos na organização da instituição;
- Descrever algumas das principais políticas que fundamentam a instituição.

2.5 REVISÃO DE LITERATURA

Dentre as principais legislações que fundamentam e disciplinam a escola, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, alguns capítulos da Constituição Federal e os estatutos estaduais e municipais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 afirma que a União elaborará o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e estabelecerá, em colaboração com esses, competências e diretrizes para a educação infantil, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

Quanto aos Estados, a LDB dispõe que esses elaborarão e executarão políticas e planos educacionais, de acordo com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios. E no que se refere aos Municípios, esses deverão organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados, além de baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.

Quanto às instituições a LDB afirma que essas, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, elaborarão e executarão sua proposta pedagógica, administrarão seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros, assegurarão o cumprimento dos dias letivos e

horas-aula estabelecidas, articular-se-ão com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola, dentre outros.

Já os docentes, participarão da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, elaborarão e cumprirão plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Além disso, a LDB afirma que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e de acordo com a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico e a participação da comunidade escolar e local.

Ainda segundo a LDB, os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Já o Plano Nacional de Educação (PNE), apresenta diretrizes, metas a serem cumpridas e estratégias. Dentre as diretrizes do PNE, estão a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade da educação; o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação; e a valorização dos (as) profissionais da educação.

Por outro lado, tem-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborado pela escola. Esse, como afirma Veiga (2002, s/n):

[...] tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

Por sua vez, o Regimento Escolar define a organização administrativa e pedagógica da instituição. Além da organização, o Regimento Escolar apresenta os direitos e deveres – é um documento normativo.

2.6 ETAPAS E PROCEDIMENTOS

2.6.1 Estratégias de Ação

Como a rotina do CEI é agitada, foi proposta como atividade de intervenção apenas a entrega de folhetos (fôlderes) para os funcionários. Optou-se por esses materiais por alcançar grandes números de pessoas em pouco tempo e ser de fácil manuseio. Ceschin(2005), ao

analisar um pôster específico, afirma: "Não titubeamos em colocar o pôster como uma espécie de discurso da publicidade, com intenções conativas (fazer o receptor agir), persuasivas (fazer crer na mensagem dada), estética (produzir mensagens agradáveis de serem lidas), funcionais e pragmáticas (fazer o sujeito comprar produtos)." Assim, foi pensando nessa intenção conativa, persuasiva, estética e funcional que deu-se a escolha pelo pôster. O pôster usado não descreve as legislações direcionadas à escola, apenas cita, já que a intenção é que os professores e funcionários movidos pela curiosidade e/ou necessidade procurem conhecê-las. Além disso, o pôster traz citações de estudiosos conhecidos no meio educacional, que tratam da temática abordada no projeto - conhecimento das legislações e políticas educacionais, gestão democrática; visando persuadir o leitor da importância do conhecimento dessas legislações.

2.6.2 Culminância

Foram entregues folhetos informativos aos profissionais que compõem o CEI, acerca das legislações.

2.7 DURAÇÃO

O projeto de intervenção foi desenvolvido no mês de junho de 2015 e teve duração de uma semana.

2.8 AVALIAÇÃO

A avaliação foi feita por meio do acompanhamento da participação dos funcionários na atividade de intervenção.

2.9 RECURSOS

Folhas de papel ofício A4.

Folheto impresso.

2.10 RESULTADOS

Os profissionais que participaram das ações e demonstraram interesse estarão mais cientes das atividades do CEI e mais empenhados em participar, além disso, poderão contribuir com novas ideias para a elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar.

Dessa maneira, o trabalho possibilitará uma gestão mais democrática que conta com a participação de toda equipe escolar – uma equipe consciente, que está a par das mudanças que afetam a instituição, que conhece as legislações e as políticas que disciplinam todo o cotidiano escolar.

Para Mendonça (2000, p.96):

A gestão democrática deve ser abordada no seu sentido amplo, como um conjunto de procedimentos que inclui todas as fases do processo de administração, desde a concepção de diretrizes de política educacional, passando pelo planejamento e definição de programas, projetos e metas educacionais, até as suas respectivas implementações e procedimentos avaliativos.

Isso demonstra a importância e necessidade de conhecer as legislações, políticas (programas) e os documentos da escola para a efetivação de uma gestão democrática.

Almeja-se assim, que as atividades de intervenção possam ter contribuído para se pensar em uma gestão consciente, participativa, transparente e inovadora.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar**: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/ 96. Brasília, 1998.

CESCHIN, Michelle Godoy. **O discurso do folder: a comunicação dirigida**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/35754194163527156237035384810240455968.pdf>. Acesso em: 9 de junho de 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/06_gest_edu_esc.pdf. Acesso em: 20 de março de 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1ª Edição, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schimidt. Estudo de caso. In: SILVA, Aneilson Barbosa, et. al. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais, paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

KRAWCZYK, Nora. A gestão escolar: Um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 67, Agosto/99. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a04>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. **Internacionalização das políticas educacionais e repercussões no funcionamento pedagógico-curricular das escolas**. In: Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, XVI, 2012, Campinas. Anais eletrônicos. Campinas: 2012. Disponível em: <http://www2.unimep.br/endipe/0087s.pdf>. Acesso em: 12. jun.2015.

_____. **O Sistema de Organização e Gestão da Escola.** Disponível em: <http://www.arturmotta.com/wp-content/uploads/2011/09/o-sistema-de-organizacao-e-gestao-da-escola.pdf>. Acesso em: 12. jun.2015

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança** José Carlos Libâneo. Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira.** Campinas, SP: FE/ UNICAMP; R. Vieira, 2000.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva.** In: OLIVEIRA, Adão F.; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: Editora da PUC, 2010. p. 93-99.

PARO, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública.** Trabalho apresentado no V Seminário Internacional Sobre Reestruturação Curricular, realizado de 6 a 11/7/1998, em Porto Alegre, RS. Publicado em:

SILVA, Luiz Heron da; org. **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis, Vozes, 1998. p. 300-307.

PACHECO, Ricardo Gonçalves. **Legislação Educacional.** Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013613.pdf>. Acessado em: 28 de maio de 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.p.105-110.

SOUZA, A. R. **Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar.** Curitiba: Editora UFPR, 2003. n. 22. p. 17-49.

TRALDI, Maria Cristina; DIAS, Reinaldo. **Monografia: Passo a Passo.** 7.ed. Campinas, SP, Editora Alínea, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14. Ed. Papirus, 2002. Disponível em: <<http://www.ifspcaragatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/veiga-ilma-passos-ppp-uma-construcao-coletiva.pdf>>. Acesso: 09.06.2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

1. Como é organizada a gestão da escola? Quais as legislações que normatizam a organização da gestão?
2. De que forma as políticas públicas vem interferindo na gestão da instituição?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES E AUXILIARES

Prezado (a) Senhor (a),

A pesquisa intitulada Políticas Educacionais no Processo de Organização da Gestão na Educação Infantil tem como finalidade verificar as noções de gestão escolar, legislações e políticas públicas.

Desde já agradecemos a colaboração e garantimos o sigilo dos dados.

1. Você conhece as legislações que orientam a gestão?
() SIM () NÃO

 2. Você conhece o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola?
() SIM () NÃO

 3. Você conhece o Regimento Escolar?
() SIM () NÃO

 4. Você conhece as políticas públicas voltadas para a organização da gestão na educação infantil?
() SIM () NÃO
- As políticas públicas educacionais têm contribuído para a efetivação de uma gestão democrática?
() SIM () NÃO

APÊNDICE C – FOLDER



As legislações...

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96);
- Estatutos estaduais e municipais;
- Regimento escolar;
- Projeto Político Pedagógico.

"Os profissionais da educação que exercem funções administrativas nos estabelecimentos educacionais, sejam estaduais ou municipais, do sistema educacional, são agentes públicos responsáveis de sua direção, o direito à educação. O que implica esta profissão em outras posturas em relação ao cidadão e à concepção de sua tarefa como agentes de simples cumprimento de ações burocráticas." (FACHED e CEB/CETRA, 2009).

A gestão democrática deve ser abordada no seu sentido amplo, como um conjunto de procedimentos que unida todas as fases do processo de administração, desde a concepção da diversidade de políticas educacionais, passando pelo planejamento e definição de programas, projetos e metas educacionais, até as suas respectivas implementações e procedimentos avaliativos (MENDONÇA, 2010, p. 16)

"Tudo o que a gente pode fazer no sentido de melhorar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem da tomada das coisas e do destino da escola na sala, também. Tudo o que a gente pode fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho intenso que se põe diante de nós, que é o de ajudar esse país democraticamente." Paulo Freire

A importância dos professores nas atividades da gestão...


"Os professores contribuem para a criação, o desenvolvimento e a transformação nos processos de gestão, em particular, as atividades operacionais nos espaços educacionais e em outras formas de trabalho pedagógico. Por esse motivo, informar, gerenciar nas instituições, orientar os professores como gestores/atores, são transformações e estão na direção da qualidade social." (SÁBIO E FONSECA, 1999, p.28)

"...já sabemos que os professores são essenciais e se futuro professor tomar conhecimento do papel decisivo que o gestor desempenha em seu trabalho, a gestão das políticas educacionais no País é certamente acertada. Com efeito, políticas, diretrizes e normas que não regulem as ações em relação ao ensino não podem ser consideradas no contexto da gestão das instituições escolares, sendo aquelas que constroem as bases de manutenção e expansão do capitalismo competitivo." (SÁBIO, 2012, p.01)



Eu conheço o meu CEI?

Este é um folheto informativo que tem como finalidade despertar o interesse dos profissionais do CEI em conhecer os aspectos políticos que disciplinam e fundamentam a gestão da instituição, visto que é de grande importância o conhecimento desses na atualidade. Este folheto é parte do Projeto de investigação e intervenção: Políticas Educacionais no processo de organização da gestão na educação infantil.



Folheto Educativo sobre o processo de organização da gestão na educação infantil.

ÍLLICA CASTRO
MARINA STREIB
FACIENDA CATÉDRA DE ABAPÉZ
ARAPUÁZ
1980-2015



Eu conheço o meu CEI?

Folheto informativo elaborado pelas mediadoras Marlene Moraes e Joice Oliveira, da Paróquia Católica de Arapuzá, como parte de um projeto de intervenção.